

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias	786.587,81	3.0.91.00.00 – Despesas Correntes Intraorçamentárias	855.832,74	855.832,74	786.587,81
8.0.0.0.00.00 – Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	4.0.91.00.00 – Despesas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL	786.587,81	TOTAL	855.832,74	855.832,74	786.587,81

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 2.911.386,21. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$ 663.840,64
- Deduções de receita por restituições	R\$ 5.704,16
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$ 46.252,70
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$ 2.195.258,51
- Deduções de receita por retificações	R\$ 330,20
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 2.911.386,21

Nota 5 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 755.014,61
Repasses concedidos ao RPPS – Aporte inicial Lei 905/2019	R\$ 20.000,00
Total dos repasses concedidos	R\$ 775.014,61

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2020

como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado (R\$ 1.344.305,61) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2019	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
1032 – MINISTÉRIO DO TURISMO	67.592,42	67.592,42
1052 – RECURSO DO CIDE	35,42	35,42
1066 – PROGRAMA SOCIAL BÁSICO – PAIF	42.891,83	20.000,00
1091 – REC MINISTÉRIO DAS CIDADES	27.958,09	27.796,68
1121 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS REC NÃO VINCULADO	128.267,45	128.267,45
1128 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO – FINISA	280.363,77	280.363,77
1129 – CONVENIO 895/2019	56.029,16	56.029,16
1130 – CESSÃO ONEROSA – PRÉ-SAL – LEI Nº 13885/2019	416.048,33	416.048,33
4011 – ATENÇÃO BÁSICA – PIES	5.938,96	4.500,00
4050 – FARMÁCIA BÁSICA / OFICINAS TERAPEUTICAS	2.333,09	2.333,09
4090 – PSF/NASF/ ESF/ SAÚDE BUCAL	9.885,17	9.885,17
4160 – PIM – PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR	4.952,48	4.952,48
4500 – CUSTEIO - ATENÇÃO BÁSICA	159.642,33	159.642,33
4501 – CUSTEIO - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.199,66	1.199,66
4502 – CUSTEIO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	45.225,84	45.225,84
4503 – CUSTEIO - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.583,33	1.583,33
4505 – INVESTIMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	117.984,83	117.984,83
4506 – INVESTIMENTO – ATENÇÃO ESPECIALIZADA	865,65	865,65
TOTAIS	1.368.797,81	1.344.305,61

Nota 7 – Créditos Adicionais Reabertos: de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2020 houve a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses de 2019. Tais créditos, que totalizaram R\$ 62.500,00, foram incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência que, somado ao valor do superávit financeiro evidenciado na nota anterior, justifica a diferença entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Fonte de Recursos	Valor incorporado ao orçamento através da reabertura de créditos adicionais
0001 – Recursos Livres	62.500,00
TOTAIS	62.500,00

Nota 8 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2020, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2020** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	710.197,14
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE TAXAS	317,99
9.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES OUTROS DEPÓSITOS	234,89
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	1.530.854,42
9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	1.432,22
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	567.344,23
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	87.546,31
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	8.081,33
9.1.7.2.8.03.1.1.08.00.00 - (R) DEDUÇÃO PROG. FARMACIA BASICA ESTADO	5.229,00
9.1.9.9.0.99.1.1.99.00.00 - (R) DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS	53,37
9.2.9.9.0.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA POR RESTITUIÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS	95,31
Total das Deduções da Receita Orçamentária	2.911.386,21

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Cabe observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 06/2019, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2020, 25,13% da receita resultante de impostos e transferências.

O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2020:**

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 – MDE	1.111.209,02	1.135.277,07
0031 – Fundeb	971.517,61	964.980,71
1059 - Salário Educação	67.264,56	45.300,54
1007 - FNDE PNAE	27.038,98	25.293,40
1048 - FNDE PNATE	31.707,81	1.338,86
1006 - FNDE PDDE	1.904,99	1.938,93
1011 - Estado RS – Tranf. p/ Transporte Escolar	124.546,31	45.315,07
1075 – FNDE	189.900,00	189.900,00
1112 - FNDE Apoio as Creches	232,86	0,00
1127 - AFM resolução FNDE nº 11/2018	0,00	0,00
1103 - Alienação de bens MDE	30.177,04	12.682,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	2.555.499,18	2.422.026,58

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 21,45% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	1.983.953,53	2.515.178,46
4001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	10.782,50	7.250,88
4002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	171,89	717,00
4011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	133.567,86	116.683,00
4050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	43.950,90	36.783,13
4080 – PACS Estadual	0,00	0,00
4090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	75.089,52	63.439,81
4160 – PIM Primeira Infância Melhor	30.779,04	33.422,67
4230 – Apoio a Rede Hospitalar	2.438,09	2.000,00
4936 – Aquisição de Veículos	0,00	0,00
4500 – Atenção Básica	503.944,56	551.658,25
4501 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	2,49	722,75
4502 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	33.398,36	31.838,32
4503 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	16.463,10	38.783,50
4504 - GESTÃO DO SUS	15.000,00	0,00
4505 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	535,60	45.233,99
4506 – INVESTIMENTO – ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2,32	0,00
4511 – CUSTEIO – OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS FUNDO A FUNDO	269.745,65	194.818,66
4512 – INVESTIMENTO – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	3.475,00	0,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	3.123.300,41	3.638.530,42

Nota 4 - Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que, nos termos da Lei Municipal nº 905/2019 são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, conforme o seguinte detalhamento.

Receitas Previdenciárias		Despesas Previdenciárias	
Especificação	Valor arrecadado	Especificação	Valor empenhado
Contribuições dos Segurados	444.632,85	Aposentadorias	35.656,40
Contribuições Patronais	463.168,10	Pensões	15.450,91
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	Outros Benefícios Previdenciários (salário família, salário maternidade, auxílio doença)	0,00
Rendimentos das Aplicações do RPPS (valor líquido)	4.302,34	Compensação Previdenciária	0,00
Alíquota Suplementar – Passivo Atuarial	323.419,71	Sentenças Judiciais	0,00
		Despesas Administrativas do RPPS	11.086,01
Total das Receitas Previdenciárias	1.235.523,00	Total das Despesas Previdenciárias	62.193,32

Nota 5 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1066 - FNAS - Bloco de Proteção Social Básica	41.707,46	68.130,86
1109 - FNAS - Bloco de Gestão do SUAS	14,76	3.320,54
1081 - FNAS - Bloco de Gestão do Bolsa Família	17.281,67	3.564,13
1072 - FEAS Fundo Estadual de Assistência Social	8.634,25	0,00
1132 – PORTARIA 369 – SUAS – COVID-19	2.102,16	2.004,95
1166 – PORTARIA MC Nº 378/2020 – COVID-19	48.057,89	7.654,30
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	117.798,19	84.674,78

Nota 6 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1052 - CIDE Combustíveis	6.272,39	5.757,77
1121 - Alienação de Bens	26.746,84	91.373,02
1091 - Receita Ministério das Cidades	133,94	27.796,68
1093 – Recurso do Ministério Esporte	559.074,62	556.190,48
1094 - PRODESA	330.959,45	297.982,36
1105 - Receita Alienação de Bens Demais Secretarias	249,89	12.649,00
1114 - Consulta Popular 16/17	0,00	0,00
1032 – MINISTERIO DO TURISMO	123.020,11	183.622,76
1133 – Auxílio Financeiro União – Covid-19	36.860,16	36.400,61
1134 – Portaria nº 1.775 – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	31.862,86	31.773,25
1122 – REC SEC DESPORTO E LAZER	102,16	32.382,95
1128 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO FINISA	231.154,36	510.988,01
1129 – CONVENIO 895/2019	939,59	55.954,12
1130 – CESSÃO ONEROSA PRÉ-SAL LEI 13885/2019	1.874,68	365.941,91
1100 - REC MINISTERIO DESEN. SOCIAL MDS	75.600,00	329.612,88
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	1.424.851,05	2.538.425,80

Nota 7 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação **ocorrida no exercício financeiro de 2020:**

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.158.060,47	
5.3.2.7.0.00.00 - RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	315.801,11	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		25.872,53
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		746.252,14
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.785.390,01	1.470.934,26
Outros recebimentos extraorçamentários	1.570.209,15	
Outros pagamentos extraorçamentários		1.813.253,84
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	4.829.460,74	4.056.312,77

Nota 8 –Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de São João do Polêsine pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, por 06 Secretarias Municipais, 04 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 2.410.112,66. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 24,71%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por dívida ativa de curto prazo e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 92,36% do total de créditos. O restante, correspondente a 7,64% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas **reduzoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2020:

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	922,41	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES	0,00	1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	0,00
1.1.2.3.0.00 - CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	577.340,86	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.205,11
1.1.2.5.0.00 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	76.283,24	1.2.1.1.1.04 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	623.041,08
1.1.2.6.0.00 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	12.419,06	1.2.1.1.1.05 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	27.309,21
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7.702,02	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	- 582.333,53
1.1.3.6.0.00 - CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	111.211,37	1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	63.430,48		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	849.309,44	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	70.221,87

A conta (8467 – 1.1.2.3.3.08.03.00 – Convênio 895899/2019 – Construção de centro de referência de assistência social – CRAS) está contabilizado o saldo de R\$302.400,00 referente ao convênio 895899

firmado com o MINISTÉRIO DA CIDADANIA cujo objeto é estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social (SUAS) – Construção de Centro de Referência de Assistência Social -CRAS. Seu saldo foi adicionado para fazer frente ao Empenho de Restos não Processados nº 2793/2020.

Na conta (7769 – 1.1.2.3.4.03.00 – Créditos decorrentes de transferência do SUS) está contabilizado o saldo de R\$274.940,86 referente aos valores não repassados pelo Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde nos anos de 2014 a 2020. Seu valor foi apurado com base nos relatórios divulgados no site: <http://www1.saude.rs.gov.br/wsa/portal/relatorio.jsp>, mensalmente e com base nos respectivos códigos de projetos por competência.

No grupo 1.1.3.8.0.00 – outros créditos a receber e valores a curto prazo, está contabilizado na conta (5694 – 1.1.3.8.2.33 – Recursos financeiros diferidos) o valor de R\$25.774,19, referente a sobras de recursos não devolvidos pela Câmara Municipal de Vereadores, conforme art. 21 §3º da Lei Municipal nº 914/2019. O mesmo será considerado como antecipação de duodécimo.

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segue o detalhamento:

Título / Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.01 – Títulos Públicos	0,00
1.1.4.1.1.02 - Ações	0,00
1.1.4.1.1.03 - Derivativos	0,00
1.1.4.1.1.09 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	1.197.334,66
1.1.4.1.1.10 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	22.699,96
1.1.4.1.1.11 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.12 - APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.13 - TÍTULOS E VALORES NÃO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.14 - APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	0,00
1.1.4.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00
Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.220.034,62

Nota 6 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2020, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 165.556,12, sofrendo um decréscimo de 1,18% em relação ao ano de 2019.

Nota 7 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação negativa da ordem de R\$ 87.006,82 decorrente, em grande parte, da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**. O quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Município nos consórcios públicos:

Identificação do Consórcio	CNPJ do Consórcio	Saldo Patrimonial do Município	Resultado da Equivalência Patrimonial
CIRC - Centro	94.446.804/0001-62	12.825,08	- 10.575,07
Condesus	01.509.149/0001-63	154.002,43	- 115.294,95
Total		166.827,51	- 125.870,02

Nota 8 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no inventário geral. Em 2019, o Município passou a realizar o procedimento de depreciação do seu patrimônio, conforme termos do Decreto nº 1.733/2015. Em 2020 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 4.902.268,28,

representando 27,89% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 1.197.389,74. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.331.216,42
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMÁTICA	326.482,19
1.2.3.1.1.03 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	597.533,31
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	143.965,53
1.2.3.1.1.05 - VEÍCULOS	3.349.634,79
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	- 846.563,96
Total de Bens Móveis	4.902.268,28

Nota 9 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis. Ainda, cumpre relatar que, através da Comissão criada pela Portaria nº 109/2013, determinou-se o encaminhamento à Contadoria, a relação dos imóveis de propriedade do Município. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 72,11% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 10,02%.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	8.507.128,38
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	350.460,72
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	1.709.374,56
1.2.3.2.1.06 - BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	2.035.203,58
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMÓVEIS	372.270,52
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	- 299.933,11
Total de Bens Imóveis	12.674.504,65

Na conta (4324 - 1.2.3.2.1.99.06 – Bens Imóveis a Alienar), ocorreram as seguintes baixas em 2020, totalizando 388.393,92, conforme segue:

Placa 4778 – 9.216,50 – área de terra rural - Incentivo a empresa A. VICENTE ALBERT GOMES -ME;
 Placa 4779 – 45.326,25 – área de terra urbana – Incentivo a empresa LUIZ CARLOS SCALCIN -ME;
 Placa 4780 – 30.002,45 – área de terra urbana – Incentivo a empresa MAICON ALVES -ME;
 Placa 4781 – 85.665,55 – área de terra urbana – Incentivo a empresa JONES DA SILVA -ME;
 Placa 4783 – 87.257,60 – área de terra urbana – Incentivo a empresa JOÃO ALCEMAR CARVALHO LEAL - ME;
 Placa 4661 e 4720 – 64.658,57 - terreno e casa – Doação para Jonatan da Rosa Pereira da Silva e Natan da Rosa Gomes, conforme escritura pública;
 Placa 4669 e 4728 – 66.267,00 – terreno e casa – Doação para Isaurina Ribeiro, conforme escritura pública.

Nota 10 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foi classificado no longo prazo. Em dezembro 2020 a contabilidade do município, com base no relatório fornecido pelo departamento de pessoal, reconheceu as obrigações decorrentes de benefícios a empregados (13º salário, férias, encargos) no seu passivo circulante. O mesmo será atualizado

mensalmente, obedecendo assim o regime de competência. O elevado valor refere-se basicamente a férias vencidas e proporcionais, juntamente com seus respectivos encargos sociais. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	1.214.223,94	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	241.734,62	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
Total a Curto Prazo	1.455.958,56	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2020, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados no curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 734.607,06. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação positiva de 7,54%. Em relação aos contratos com encargos financeiros prefixados, de acordo com o MCASP, passou-se a apropriar em contas retificadoras, os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término dos respectivos contratos. O contrato nº 055/2015 junto ao BADESUL, encerrou em dezembro 2020. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	730.988,01
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	3.619,05	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00
Total a Curto Prazo	3.619,05	Total a Longo Prazo	730.988,01

Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros

materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 213.820,12, representando uma redução de 70,00% em relação ao ano anterior.

No ano de 2020 o município quitou o Precatório nº 188553 no valor de R\$79.333,17, em favor de Lucas Sonogo, conforme empenho nº 4691/2020.

Nota 13 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo referem-se ao PASEP, e totalizaram R\$ 7.043,40, representando um aumento de 3,89% em relação ao ano anterior.

Nota 14 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: esse grupo está composto unicamente pela conta 2.1.8.8.0.00 - Valores Restituíveis, e sofreu um acréscimo de 77,36% em relação ao exercício anterior. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Saldo
2.1.8.8.1.00.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	23.415,04
2.1.8.8.1.01.02 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.183,88
2.1.8.8.1.01.11 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	7.312,35
2.1.8.8.1.01.15 - RETENÇÕES – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.758,81
2.1.8.8.1.01.99 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	160,00
2.1.8.8.2.00.00 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	50.277,79
2.1.8.9.1.01.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	231,21
Total a Curto Prazo	73.924,04

Nota 15 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2020 totalizou em R\$ 1.547.911,64, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2020 apresentou um acréscimo de R\$ 733.879,25, representando um aumento de 90,15% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2020 somou R\$ 315.927,13, sendo que, deste total, 100,00% foram inscritos com disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	746.609,37	15.637.047,29	16.067.729,53	315.927,13
Restos a Pagar Não Processados	25.872,53	1.158.060,47	25.872,53	1.158.060,47
Demais obrigações a Curto Prazo	41.550,49	5.093.033,99	5.060.660,44	73.924,04
Totais	814.032,39	21.888.141,75	21.154.262,50	1.547.911,64

Nota 16 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de R\$ 1.222.548,80 em seu saldo patrimonial, correspondendo um acréscimo de 6,97% em relação ao ano de 2019.

Nota 17 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo credor de R\$ 401.238,30 resultante principalmente dos lançamentos listados abaixo:

a) Foi contabilizado em 06/02/2020, a débito o valor 2.025,00, referente ao empenho 575/2020, despesa de exercício anterior, credor Ana Claudia Piasentini Dotto, ministração de cursos em 2019.

b) foi registrado a crédito nesta rubrica, em 23/04/2020 o valor de R\$ 500.523,30, tendo como contrapartida a conta (4324 – BENS IMÓVEIS A ALIENAR). O ajuste é relativo ao registro de 07 bens imóveis ao sistema de controle patrimonial, não reconhecido no setor de patrimônio em exercícios anteriores, conforme laudos de avaliação;

c) também foi registrado a débito o montante de R\$ 98.340,00, contra a conta contábil (6753 – CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSF. DE CONVÊNIOS 849118/2017), que se refere a lançamento de ajuste, baixa de créditos a receber do convênio 849118/2017, já arrecadado em 20/12/2019 contra VPA, corrigido em 28/04/2020.

d) Ocorreu em 2020 um crédito de 1.080,00, referente aos ingressos no patrimônio da prefeitura dos seguintes bens:

Placa 4438 – 150,00 – Balcão em madeira com 2 portas

Placa 4825 – 280,00 – Roteador Mikrotic/h-lite azul e branco

Placa 4830 – 50,00 – Cadeira estofada giratória com rodas e estrutura em metal/preta

Placa 4831 – 300,00 – Notebook Positivo Master n190

Placa 4832 – 300,00 – Notebook Positivo Master n190

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram aumento de R\$ 413.090,16 em relação ao ano anterior, e foram impactadas, principalmente por fatores como reavaliação de imobilizado e ganhos com alienação de imobilizado.

Item / Subitem	Valor R\$
4.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	523.744,94
4.6.2.2.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00
4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	9.820,00
4.6.4.0.0.00 - GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	533.564,94

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, restituição de plano de assistência medica servidores. Em 2020, os registros nesse item somaram R\$ 233.086,80, representando um aumento de 3,13% em relação ano anterior, onde se destacam os acréscimos relacionados ao ganho por equivalência patrimonial na participação em consórcios públicos.

Item / Subitem	Valor R\$
4.9.1.0.1.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00
4.9.2.1.0.00 - RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	1.942,47
4.9.9.5.0.00 - MULTAS ADMINISTRATIVAS	97.570,06
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	84.891,46
4.9.9.0.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	48.682,81
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	233.086,80

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado somaram R\$ 93.545,04. A desincorporação de ativos totalizou em 2020 R\$ 343.532,20. Desse total, 37,22% refere-se à desincorporação de imobilizado, doação de 2 casas com terrenos, conforme escritura pública e 55,93% diz respeito a desincorporação de créditos a receber por decisão administrativa conforme integração sistema GOVBR – AR.

Item / Subitem	Valor R\$
3.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00
3.6.1.5.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	93.545,04
3.6.1.6.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	0,00
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	188.258,28
3.6.1.8.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	0,00
3.6.2.1.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	144,66
3.6.3.1.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	1.462,00
3.6.5.1.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	343.532,20
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	626.942,18

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2020, os registros nesse item somaram R\$ 1.412.170,30, representando um aumento de 806,36% em relação ao ano anterior. A expressiva alta, se refere a contabilização das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, conforme consta no novo cálculo atuarial, uma vez que o município instituiu RPPS em 2019, e o mesmo entrou em funcionamento em 2020.

Item / Subitem	Valor R\$
3.9.1.0.0.00 – PREMIAÇÕES	5.300,00
3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	125.870,02
3.9.7.2.0.00 - VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.220.459,90
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.540,38
3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	1.412.170,30

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 821.310,50.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e a destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
SALDO NÃO APLICADO 2019	239.127,07
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	57.345,66
Alienação de Bens Móveis	30.480,00
Alienação de Bens Imóveis	24.186,30
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	2.679,36
TOTAL DAS ORIGENS	296.472,73
DESPESAS DE CAPITAL	117.421,02
Investimentos	117.421,02
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	97.260,00
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS	235.198,49
SALDO NÃO APLICADO 2020	81.791,71

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Município: Sao Joao do Polesine
 Estado: Estado do Rio Grande do Sul
 Período: Exercício de 2020
 Unidade Gestora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	✔	16.097.186,75	14.642.628,15
Receita Tributária	✔	1.356.432,41	1.535.096,42
Receita de Contribuições	✔	81.753,08	82.839,75
Receita Patrimonial	✔	0,00	740,00
Receita de Serviços	✔	46.541,85	139.561,86
Remuneração das Disponibilidades	✔	9.078,56	14.727,87
Outras Receitas Derivadas e Originárias	✔	224.933,99	80.508,81
Transferências recebidas	✔	14.355.239,03	12.708.471,33
Outros ingressos operacionais	✔	23.207,83	80.682,11
Desembolsos	✔	13.760.593,41	13.746.161,39
Pessoal e demais despesas	✔	10.591.933,38	11.474.114,68
Juros e encargos da dívida	✔	48.496,52	32.543,77
Transferências concedidas	✔	1.642.327,32	815.920,58
Outros desembolsos operacionais	✔	1.477.836,19	1.423.582,36
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	✔	2.336.593,34	896.466,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	✔	54.666,30	353.011,84
Alienação de bens	✔	54.666,30	353.011,84
Desembolsos	✔	1.966.003,85	1.084.273,90
Aquisição de ativo não circulante	✔	1.853.371,93	991.006,21
Outros desembolsos de investimentos	✔	112.631,92	93.267,69
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	✔	(1.911.337,55)	(731.262,06)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	✔	230.988,01	500.000,00
Operações de crédito	✔	230.988,01	500.000,00
Desembolsos	✔	179.048,22	179.048,20
Outros desembolsos de financiamentos	✔	179.048,22	179.048,20
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	✔	51.939,79	320.951,80
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	✔	477.195,58	486.156,50
Caixa e Equivalente de caixa inicial	✔	1.932.491,80	854.831,55
Caixa e Equivalente de caixa final	✔	2.409.687,38	1.932.491,80

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	13.354.505,13	11.587.813,21
da União	10.277.789,84	8.515.261,07
de Estados e Distrito Federal	3.076.715,29	3.072.552,14
Intragovernamentais	11.624,97	90.848,09
Outras transferências correntes recebidas	989.108,93	1.029.810,03
Total das transferências recebidas	14.355.239,03	12.708.471,33
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	73.342,25	72.092,49
a Estados e Distrito Federal	35.231,22	33.981,46
a Consórcios Públicos	38.111,03	38.111,03
Intragovernamentais	1.556.005,07	740.848,09
Outras transferências concedidas	12.980,00	2.980,00
Total das transferências concedidas	1.642.327,32	815.920,58

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Administração	2.335.355,62	2.447.588,08
Segurança Pública	62.963,24	20.916,58
Assistência Social	290.086,70	378.036,65
Previdência Social	334.814,41	337.831,63
Saúde	3.126.693,12	3.280.587,78
Educação	1.680.507,46	2.337.065,26
Cultura	43.051,86	174.707,69
Urbanismo	950.665,57	997.059,96
Habitação	0,00	13.634,46
Saneamento	54.335,22	6.197,45
Gestão Ambiental	18.276,86	7.013,87
Agricultura	420.652,94	345.348,35
Comércio e Serviços	40.748,11	26.276,53
Comunicações	0,00	124,81
Transporte	1.057.910,20	981.844,10
Desporto e Lazer	64.887,79	89.619,37
Encargos Especiais	110.984,28	30.262,11
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	10.591.933,38	11.474.114,68

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	48.496,52	32.543,77
Total dos Juros e Encargos da Dívida	48.496,52	32.543,77

Nota: A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo método direto, isto é, evidencia somente as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes (bancos).

Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantêm compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 2.336.593,34, contribuindo em 489,65% para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 8ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2020, os ingressos e desembolsos das atividades de investimento geraram um fluxo negativo de R\$ 1.911.337,55, prejudicando em 401% a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi positivo de R\$ 51.939,79, o que contribuiu para um aumento dos níveis de endividamento do Município. Em resumo, o resultado desse fluxo representou 11% da geração líquida de caixa do período.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.